

Pet Center Comércio e Participações S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais Referentes ao
Período de Três e Seis meses Findos em
30 de Junho de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Pet Center Comércio e Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de julho de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	281.813	169.277	Fornecedores	11	151.570	130.812
Contas a receber	5	122.183	96.076	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	192.357	111.102
Estoques	6	169.118	132.657	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	40.874	36.120
Impostos e contribuições a recuperar	7	45.547	35.375	Obrigações tributárias	13	28.360	25.385
Outros créditos		<u>17.179</u>	<u>7.532</u>	Arrendamento - direito de uso	22	64.858	59.185
Total do ativo circulante		<u>635.840</u>	<u>440.917</u>	Contas a pagar		13.904	10.495
				Dividendos a pagar	17.d)	16.798	5.599
NÃO CIRCULANTE				Programa de fidelização	15	<u>2.257</u>	<u>2.252</u>
Outros créditos		1.817	768	Total do passivo circulante		<u>510.978</u>	<u>380.950</u>
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.636	1.692				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a)	16.818	14.770	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	786.932	743.402	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	366.089	287.383
Intangível	10	<u>47.031</u>	<u>41.099</u>	Arrendamento - direito de uso	22	428.647	395.825
Total do ativo não circulante		854.234	801.731	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	<u>2.688</u>	<u>2.212</u>
				Total do passivo não circulante		<u>797.424</u>	<u>685.420</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17.a)	50.515	50.515
				Reserva de capital	17.b)	79.818	79.818
				Reserva para opção outorgadas	17.e)	1.571	1.471
				Reserva especial de ágio		24.825	24.825
				Reserva de lucros		<u>24.943</u>	<u>19.649</u>
				Total do patrimônio líquido		181.672	176.278
TOTAL DO ATIVO		<u>1.490.074</u>	<u>1.242.648</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.490.074</u>	<u>1.242.648</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	30.06.2020	30.06.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	617.270	453.838
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	20	(322.729)	(244.003)
LUCRO BRUTO		294.541	209.835
DESPESAS OPERACIONAIS			
Com vendas	20	(184.405)	(132.616)
Gerais e administrativas	20	(57.751)	(43.549)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	5.097	(7.125)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		57.482	26.545
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	9.871	4.460
Despesas financeiras	21	(33.336)	(26.283)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		34.017	4.722
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	8.b)	(13.973)	(1.700)
Diferido	8.b)	2.048	48
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		22.092	3.070
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO - R\$			
Básico e diluído	24	0,12683	0,01763

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22.092	3.070
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>22.092</u>	<u>3.070</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de Capital		Reserva para opções outorgadas reconhecidas	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Reserva especial de ágio		Reserva de capital	Reserva legal			Reserva de Lucros
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		50.515	24.825	79.818	1.118	1.672	23.823	-	181.771
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	-	166	-	-	-	166
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	3.070	3.070
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	(23.823)	-	(23.823)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		<u>50.515</u>	<u>24.825</u>	<u>79.818</u>	<u>1.284</u>	<u>1.672</u>	<u>-</u>	<u>3.070</u>	<u>161.184</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		50.515	24.825	79.818	1.471	2.851	16.798	-	176.278
Opções outorgadas reconhecidas	17.e)	-	-	-	100	-	-	-	100
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	22.092	22.092
Dividendos distribuídos	17.d)	-	-	-	-	-	(16.798)	-	(16.798)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>50.515</u>	<u>24.825</u>	<u>79.818</u>	<u>1.571</u>	<u>2.851</u>	<u>-</u>	<u>22.092</u>	<u>181.672</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30.06.2020	30.06.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		34.017	4.722
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9 e 10	28.102	20.495
Depreciação - direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	22	38.059	30.567
Despesa de juros - direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	22	20.269	17.069
Provisão para perdas nos estoques	6	389	864
Opções outorgadas reconhecidas	16.e)	100	176
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14	12.704	9.848
Baixa do imobilizado	9	35	10
Programa de fidelização	15	5	(187)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	476	590
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(25.705)	(14.461)
Estoques		(36.851)	(4.837)
Impostos e contribuições a recuperar		(11.221)	(9.191)
Outros créditos		(9.308)	(7.344)
Fornecedores		29.042	6.247
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		4.754	5.181
Obrigações tributárias		7.557	3.545
Contas a pagar		<u>3.373</u>	<u>1.631</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		95.797	64.925
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.251)	(1.288)
Juros pagos sobre direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	22	(8.049)	(4.319)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	<u>(14.072)</u>	<u>(9.554)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>54.425</u>	<u>49.764</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(48.303)	(58.995)
Aquisição de intangível		<u>(10.598)</u>	<u>(24.903)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	9 e 10	<u>(58.901)</u>	<u>(83.898)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14	(48.671)	(16.597)
Captação de empréstimos e financiamentos	14	210.000	-
Pagamento de direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	22	(38.718)	(33.952)
Pagamento de dividendos	17.d)	<u>(5.599)</u>	<u>(31.763)</u>
Caixa líquido gerado pelas (incluídos nas) atividades de financiamento		117.012	(82.312)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		112.536	(116.446)
Saldo no início do período		<u>169.277</u>	<u>160.829</u>
Saldo no fim do período		<u>281.813</u>	<u>44.383</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30.06.2020	30.06.2019
RECEITAS			
Vendas de mercadorias e serviços	19	731.607	535.770
Outras receitas		<u>3.041</u>	<u>1.742</u>
		<u>734.648</u>	<u>537.512</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo de vendas e serviços		(303.163)	(222.586)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(94.313)</u>	<u>(61.102)</u>
		<u>(397.476)</u>	<u>(283.688)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>337.172</u>	<u>253.824</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	9, 10 e 22	(66.161)	(51.062)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE		<u>271.011</u>	<u>202.762</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	21	<u>9.871</u>	<u>4.460</u>
		9.871	4.460
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>280.882</u>	<u>207.222</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração direta		72.740	62.146
Benefícios		13.633	10.729
FGTS		6.583	5.492
Honorários da Administração		806	745
Pagamentos baseados em ações		<u>100</u>	<u>176</u>
	20	<u>93.862</u>	<u>79.288</u>
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		53.153	49.811
Estaduais		62.945	43.429
Municipais		1.000	1.047
Imposto de renda e contribuição social		<u>11.925</u>	<u>1.652</u>
		<u>129.023</u>	<u>95.939</u>
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros	21	33.336	26.283
Aluguéis		<u>2.569</u>	<u>2.642</u>
		<u>35.905</u>	<u>28.925</u>
Remuneração de capitais próprios:			
Dividendos distribuídos	17.d)	(5.599)	(31.763)
Lucros retidos do exercício		<u>27.691</u>	<u>34.833</u>
		<u>22.092</u>	<u>3.070</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		<u>280.882</u>	<u>207.222</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia") possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, 135, tendo como acionista controlador o WP XI A Fundo de Investimentos em Participações.

A Companhia tem como atividade principal a comercialização de artigos para pets, como alimentos, acessórios e medicamentos, por meio de sua rede de lojas "Petz". A Companhia também presta serviços nas áreas veterinária e de embelezamento animal e também comercializa pequenos animais de estimação.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía 110 lojas (105 em 31 de dezembro de 2019), 7 hospitais veterinários e 1 centro de distribuição, além das plataformas digitais de e-commerce "www.petz.com.br" e o aplicativo Petz.

1.1. Impactos da COVID-19

A Administração da Companhia tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados à pandemia causada pela COVID-19, com monitoramento diário da situação e das orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes.

Todas as medidas necessárias para garantir a saúde e o bem-estar de nossos colaboradores, pets e seus tutores foram tomadas. Para mitigar a transmissibilidade do vírus nas lojas, centro de distribuição e sede administrativa, foram implementadas ações de higienização de espaços e áreas de circulação, comunicação ativa, distribuição de materiais protetivos aos colaboradores, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

A grande maioria das lojas físicas permaneceu aberta desde o início do surto da COVID-19, o que não afetou de forma significativa a evolução das vendas e resultados comparados aos apresentados nos últimos períodos. Apenas 6 lojas foram temporariamente fechadas (de um total de 110 ao final de junho de 2020), sendo 5 dessas fechadas por decisão da Companhia pela redução significativa de fluxo de clientes por estarem localizadas em shoppings centers, que tiveram seus fechamentos decretados em todo o país, e apenas 1 por decreto governamental - o que reforça o caráter de essencialidade de nosso negócio. Ao final de junho de 2020, apenas uma loja não havia sido reaberta.

A Companhia também paralisou temporariamente a operação do Centro de Estética em toda a rede impulsionada por alguns decretos regionais que determinavam o fechamento do serviço, o que também não afetou de forma significativa seus resultados. Desde maio de 2020, as unidades têm sido reabertas de forma gradual e ao final de junho de 2020, 94% das unidades encontravam-se em operação.

Com as medidas de isolamento e distanciamento social, o canal Digital ganhou relevância e apresentou índices de crescimento ainda mais importantes durante a crise. Reforçamos as estruturas logísticas e operacionais em nosso centro de distribuição e plataformas de entrega, e aumentamos nossos investimentos em tecnologia, de forma a continuar a atender nossos clientes oferecendo elevado nível de serviço.

Mesmo com o entendimento de que possuía uma posição de caixa confortável para atravessar a crise, a Companhia antecipou o reforço de capital com bancos parceiros a fim de mitigar possíveis riscos de liquidez futuros, não sendo necessário novos reforços no curto prazo.

Após uma completa análise de seus indicadores de performance, a Companhia entende que a crise provocada pela pandemia reforçou a essencialidade e a resiliência do segmento pet, além de ter acelerado as vendas totais da Companhia, impulsionadas pelo canal Digital. Os impactos causados pelo fechamento temporário das operações mencionadas, além do isolamento social, não foram significativos para a continuidade de seu negócio e não há apontamentos relevantes a serem registrados em suas informações financeiras intermediárias. A Companhia continuará monitorando os impactos e, caso necessário, tomará as medidas e divulgações necessárias.

A Companhia efetuou revisão de suas principais premissas na preparação das informações financeiras intermediárias, conforme segue: (i) a revisão das premissas do teste anual de impairment, cuja análise não demonstrou necessidade de reconhecimento de ajuste nas informações trimestrais; (ii) análise de eventuais perdas de crédito esperadas do contas a receber, cuja análise não demonstrou necessidade de reconhecimento de ajuste nas informações trimestrais, uma vez que o contas a receber é composto substancialmente por recebíveis de cartões de crédito/débito; (iii) análise de eventuais perdas de estoques, mantendo-se a política de provisões adotada, não houve necessidade de provisão complementar; (iv) a expectativa de realização do imposto de renda diferido permanece a mesma para 30 de junho de 2020, conforme nota explicativa nº 8.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7, aprovada pela Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

b) Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

c) Autorização para emissão das informações financeiras intermediárias

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de julho de 2020 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes informações financeiras intermediárias da Companhia, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 30 de junho de 2020 até a referida data.

d) Moeda funcional e de apresentação das informações financeiras intermediárias

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediárias são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das informações financeiras intermediárias, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias.

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar tanto os períodos corrente presente quanto os períodos futuros.

As principais estimativas e julgamentos aplicados pela Administração estão divulgados nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 9 - Direito de uso locação de imóveis (Arrendamento - CPC 06 (R2)/IFRS 16).
- Notas explicativas nº 9 e nº 10 - Análise do valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado e do ativo intangível.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações financeiras intermediárias estão descritas a seguir:

a) Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

A Companhia reconhece receita das seguintes atividades realizadas:

- Venda de produtos para animais de estimação, como rações, alimentos, acessórios e medicamentos, como também pequenos animais de estimação.
- Prestação de serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais.

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

Venda de mercadorias

Para vendas de mercadorias para clientes no varejo e no e-commerce, a receita é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido, isto é, quando o cliente adquire as mercadorias no ponto de venda e/ou quando recebe as mercadorias. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o cliente adquire as mercadorias.

No ponto de venda, uma obrigação de restituição e o correspondente ajuste da receita são reconhecidos para os produtos devolvidos e/ou quando uma venda é cancelada. Ao mesmo tempo, a Companhia tem o direito de recuperar o produto quando os clientes exercem o direito de devolução; portanto, conseqüentemente, a Companhia reconhece o direito às mercadorias devolvidas e o correspondente ajuste do custo das vendas.

Devoluções e cancelamento

O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Prestação de serviços

A Companhia fornece serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais. As receitas de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados e os riscos e benefícios correspondentes aos serviços são transferidos para os clientes. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o serviço é prestado ao cliente.

Programa de fidelização

O programa de fidelização é registrado na rubrica "Programa de fidelização" ("Vale a Pena Ser Fiel") pelo valor justo dos créditos acumulados e reconhecido no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pelo vencimento do direito de uso dos créditos ou pela amortização de parte do saldo, relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada com base histórica de ocorrências. O desconto prometido ao cliente é, portanto, uma obrigação de desempenho separada.

As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização da Companhia ("Vale a Pena Ser Fiel") são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas.

b) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

c) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), que, no caso da Companhia, representam cada uma de suas lojas.

d) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras intermediárias, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

e) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 4.

f) Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 5.

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

As vendas efetuadas pela Companhia são substancialmente à vista e podem ser parceladas pelos clientes em até dez vezes por meio dos cartões de crédito conveniados, sendo o preço praticado nas vendas a prazo o mesmo praticado nas vendas à vista.

g) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição, ajustado aos valores de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 6.

h) Imobilizado

Registrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, de perda por redução ao valor de recuperação. A depreciação inicia-se quando da abertura da loja e do início da utilização dos ativos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9. A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente nas datas dos balanços. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

i) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

j) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Quando aplicável, a provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo ou pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos advogados da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

k) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A alíquota de IRPJ é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a da CSLL é de 9% sobre o lucro tributável.

Impostos diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim do período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações financeiras intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

l) Ajuste a valor presente de passivos

Os passivos de curto prazo, quando relevantes, devem ser ajustados a valor presente; entretanto, após a avaliação dos efeitos do ajuste a valor presente decorrente das compras a prazo com fornecedores, a Administração da Companhia concluiu que os impactos são irrelevantes.

m) Lucro líquido por ação

Conforme o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação, o resultado deve ser apresentado como básico e diluído, conforme divulgado na nota explicativa nº 24.

n) Pagamento baseado em ações

Reconhecido como despesa no resultado, pelo valor justo, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento a determinadas condições específicas, conforme nota explicativa nº 17.e).

o) Informações por segmentos

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

p) Arrendamento de direito de uso

A norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos de alugueis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento.

A Administração optou em aplicar as duas isenções de reconhecimento propostas pela norma nos seguintes contratos: (i) locações de bens de curto prazo (inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos de propriedade relacionados a ativos de baixo valor ou com valores variáveis.

Alugueis não incluídos na avaliação inicial do passivo (por exemplo, alugueis variáveis) são classificados como despesas operacionais, assim como os encargos relacionados a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou com valores variáveis.

O prazo do arrendamento é o período legalmente aplicável do contrato e levou em conta as opções de rescisão e renovação, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo.

Na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados (fluxo real e taxa de desconto nominal), conforme nota explicativa nº 23.

q) Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	3.876	6.224
Aplicações financeiras (*)	<u>277.937</u>	<u>163.053</u>
Total	<u><u>281.813</u></u>	<u><u>169.277</u></u>

(*) Representadas Certificados de Depósito Bancário - CDBs e remuneradas a uma taxa média de 101,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 30 de junho de 2020 (101,0% em 31 dezembro de 2019), as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Operadoras de cartões (*)	119.803	95.531
Duplicatas a receber	2.380	545
Total	<u>122.183</u>	<u>96.076</u>

(*) Apresentadas líquidas das taxas de administração por elas cobradas.

O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadoras de cartões, é de 32 dias em 30 de junho de 2020 (30 dias em 31 de dezembro de 2019).

A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos a receber, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Vencidos	1.032	642
A vencer:		
De 1 a 30 dias	81.237	64.154
De 31 a 60 dias	20.612	15.979
De 61 a 90 dias	9.590	7.631
Acima de 90 dias	9.712	7.670
Total	<u>122.183</u>	<u>96.076</u>

6. ESTOQUES

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Mercadorias para revenda	150.331	131.673
Adiantamento de importação	22.622	4.624
Outros	323	129
	<u>173.276</u>	<u>136.426</u>
Provisão para perdas	(4.158)	(3.769)
Total	<u>169.118</u>	<u>132.657</u>

O custo dos estoques vendidos reconhecido ao resultado do período findo em 30 de junho de 2020 é de R\$285.986 (R\$208.324 no período findo em 30 de junho de 2019).

Movimentação da provisão para perdas

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Saldo no início do período	(3.769)	(2.598)
Adição	(15.094)	(12.170)
Realização da perda	7.392	5.610
Reversão	7.313	5.696
Movimento	(389)	(864)
Saldo no fim do período	<u>(4.158)</u>	<u>(3.462)</u>

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária ICMS ST (a)	21.128	23.589
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)	20.723	9.153
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	387	74
Outros	4.945	4.251
Total	<u>47.183</u>	<u>37.067</u>
Circulante	45.547	35.375
Não circulante	1.636	1.692

- (a) Em 2019 a Companhia reconheceu R\$6.508 referente a créditos de ICMS-ST do ano de 2018 e R\$10.616 do próprio ano de 2019, após concluído o processo de habilitação da CAT 42 por parte das autoridades fiscais. A expectativa da Companhia é que a totalidade destes créditos seja realizada em um período máximo de doze meses.
- (b) Reconhecimento dos créditos atualizados monetariamente de PIS e COFINS decorrente da habilitação deferida em 12 de março de 2020 no valor de R\$18.741 (sendo R\$12.521 de principal e R\$6.220 de atualização monetária), crédito correspondente a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, cuja certidão de trânsito em julgado foi emitida em 15 de maio de 2019. A expectativa da Companhia é que a totalidade dos créditos de PIS e COFINS seja realizadas em até 13 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do IRPJ e CSLL diferidos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Benefício fiscal do ágio (i)	-	2.388
Mais-valia de ativos (ii)	(158)	(191)
Provisão para perdas nos estoques	1.414	1.282
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	914	752
Plano de opção de compra de ações	523	500
Provisão de participação nos lucros e resultados	1.817	3.385
Efeito do CPC 06 (R2)/IFRS 16	11.057	7.127
Outras	1.251	(473)
Total	<u>16.818</u>	<u>14.770</u>

- (i) A Companhia concluiu, em 30 de junho de 2015, o processo de incorporação do seu então controlador Warburg Pincus XI. Nesse acervo estava registrado um crédito tributário decorrente de ágio no montante de R\$70.263, líquido de provisão contábil para redução do ágio ao valor do respectivo benefício fiscal recuperável, remanescendo, assim, o montante de R\$23.889, conforme demonstrado a seguir:

Ágio pago na aquisição da Companhia, registrado no controlador Warburg Pincus XI	70.263
Provisão para redução ao benefício fiscal	<u>(46.374)</u>
Benefício fiscal	<u>23.889</u>

Amortização:

Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2015	(2.389)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2016	(4.778)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2017	(4.778)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2018	(4.778)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2019	(4.778)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2020	(2.389)
Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>-</u>

A amortização fiscal decorrente dessa transação estava prevista para ocorrer em 60 meses, prazo este finalizado em 30 de junho de 2020. A amortização nos respectivos períodos foi debitada à despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

- (ii) Ainda como consequência da incorporação do seu controlador, foram reconhecidos na Companhia os efeitos do imposto de renda diferido sobre a mais/menos valia de determinados ativos, também registrados no acervo incorporado.

O Imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de diferenças temporárias, com base nas projeções elaboradas pela Administração para os próximos períodos, cuja estimativa de realização está assim composta:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2020	9.976
2021	1.233
2022 em diante	5.609
Total	<u>16.818</u>

b) Conciliação do crédito de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	34.017	4.722
Alíquota nominal - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(11.566)	(1.605)
Adições permanentes, líquidas das exclusões	<u>(359)</u>	<u>(47)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(11.925)</u>	<u>(1.652)</u>
Corrente	(13.973)	(1.700)
Diferido	2.048	48
	<u>(11.925)</u>	<u>(1.652)</u>
Alíquota efetiva	35,1%	35,0%

9. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação % (a)	30/06/2020			31/12/2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	338.067	(92.448)	245.619	307.106	(76.825)	230.281
Móveis e utensílios	10	58.129	(16.376)	41.753	54.443	(13.214)	41.229
Máquinas e equipamentos	10	33.780	(9.774)	24.006	30.327	(7.301)	23.026
Veículos	20	955	(902)	53	1.120	(642)	478
Instalações	20	585	(553)	32	585	(514)	71
Equipamentos de informática	20	20.676	(10.271)	10.405	17.630	(8.557)	9.073
Direito de uso locação de imóveis	(a)	564.328	(103.344)	460.984	499.334	(65.285)	434.049
Adiantamento		4.080	-	4.080	5.195	-	5.195
Total		1.020.600	(233.668)	786.932	915.740	(172.338)	743.402

(a) A depreciação é calculada linearmente, com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros, que variam de 5 a 20 anos.

A movimentação do imobilizado no período foi como segue:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 30/06/2020
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	307.106	28.728	(35)	2.268	338.067
Móveis e utensílios	54.443	2.912	-	774	58.129
Máquinas e equipamentos	30.327	3.438	-	15	33.780
Veículos	1.120	-	(165)	-	955
Instalações	585	-	-	-	585
Equipamentos de informática	17.630	3.046	-	-	20.676
Direito de uso locação de imóveis	499.334	64.994	-	-	564.328
Adiantamento	5.195	1.942	-	(3.057)	4.080
Total do custo	915.740	105.060	(200)	-	1.020.600
Depreciação:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(76.825)	(16.630)	6	-	(93.449)
Móveis e utensílios	(13.214)	(2.865)	-	-	(16.079)
Máquinas e equipamentos	(7.301)	(1.723)	-	-	(9.024)
Veículos	(642)	(119)	159	-	(602)
Instalações	(514)	(39)	-	-	(553)
Equipamentos de informática	(8.557)	(2.060)	-	-	(10.617)
Direito de uso locação de imóveis	(65.285)	(38.059)	-	-	(103.344)
Total da depreciação	(172.338)	(61.495)	165	-	(233.668)
Total do imobilizado	743.402	43.565	(35)	-	786.932
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2019	
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	208.499	36.949	(3)	245.445	
Móveis e utensílios	40.860	6.043	(8)	46.895	
Máquinas e equipamentos	20.863	4.048	(3)	24.908	
Veículos	1.209	-	(1)	1.208	
Instalações	585	-	-	585	
Equipamentos de informática	12.167	2.802	-	14.969	
Direito de uso locação de imóveis	-	433.892	-	433.892	
Adiantamento	444	1.420	-	1.864	
Total do custo	284.627	485.154	(15)	769.766	
Depreciação:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(49.157)	(12.964)	-	(62.121)	
Móveis e utensílios	(8.368)	(2.226)	4	(10.590)	
Máquinas e equipamentos	(4.840)	(1.229)	1	(6.068)	
Veículos	(1.048)	170	-	(878)	
Instalações	(450)	(32)	-	(482)	
Equipamentos de informática	(5.209)	(1.484)	-	(6.693)	
Direito de uso locação de imóveis	-	(30.567)	-	(30.567)	
Total da depreciação	(69.072)	(48.332)	5	(117.399)	
Total do imobilizado	215.555	436.822	(10)	652.367	

Avaliação do valor recuperável

Os testes de recuperação são realizados anualmente conforme descrito na nota explicativa nº 3.

No período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia analisou os efeitos dos fatores mencionados na nota explicativa nº 1.1 nas suas operações, e considerando que a atividade da Companhia foi determinada como essencial pelo governo, a Administração não identificou impactos relevantes e desta forma concluiu que não há necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos cedidos em garantia

Em 30 de junho de 2020, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia ou penhora em operações de empréstimos e financiamentos bancários, tampouco arrolados em defesa de processos judiciais, exceto pelas obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro que estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados e os ativos imobilizados das lojas de Sorocaba e Granja Viana, dadas em garantia do contrato de locação, nos montantes de R\$232 e R\$157, respectivamente.

Transações do imobilizado e do intangível que não envolveram caixa

As adições de imobilizado apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa estão líquidas das parcelas a serem pagas nos próximos anos. Assim, para cada um dos períodos, temos:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Total das adições do período:		
Imobilizado	105.060	485.154
Intangível - nota explicativa nº 10	10.598	24.883
Adoção/Adições do IFRS 16		(433.892)
(Direito de uso locação de imóveis)	(64.993)	
Saldo de fornecedores do ano anterior		
pago no ano corrente - nota explicativa nº 11	13.967	12.611
Saldo a pagar de fornecedores no		(4.834)
ano corrente - nota explicativa nº 11	(5.684)	
Outros	(47)	(24)
	<u>58.901</u>	<u>83.898</u>

10. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização - %	30/06/2020			31/12/2019		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Licença de software	5	9.367	(4.716)	4.651	7.850	(4.078)	3.772
Projetos de T.I. (a)	5	34.980	(9.468)	25.512	26.455	(6.799)	19.656
Pontos comerciais	(b)	19.718	(3.039)	16.679	19.168	(1.693)	17.475
Acordo de não competição	5	124	(77)	47	124	(74)	50
Outros intangíveis	-	152	(10)	142	146	-	146
Total		<u>64.341</u>	<u>(17.310)</u>	<u>47.031</u>	<u>53.743</u>	<u>(12.644)</u>	<u>41.099</u>

(a) Os projetos de TI se referem a desenvolvimento e implantação de sistemas de Tecnologia da Informação e Licenciamentos.

(b) A amortização é calculada linearmente, com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros, que variam de 5 a 10 anos.

A movimentação do intangível no período foi como segue:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2020</u>
Custo:			
Licença de software	7.850	1.517	9.367
Projetos de T.I.	26.455	8.525	34.980
Pontos comerciais	19.168	550	19.718
Acordo de não competição	124	0	124
Outros intangíveis	146	6	152
Total do custo	<u>53.743</u>	<u>10.598</u>	<u>64.341</u>
Amortização:			
Licença de software	(4.078)	(638)	(4.716)
Projetos de T.I.	(6.799)	(2.669)	(9.468)
Pontos comerciais	(1.693)	(1.346)	(3.039)
Acordo de não competição	(74)	(3)	(77)
Outros intangíveis	-	(10)	(10)
Total da amortização	<u>(12.644)</u>	<u>(4.666)</u>	<u>(17.310)</u>
Total do intangível	<u>41.099</u>	<u>5.932</u>	<u>47.031</u>
	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2019</u>
Custo:			
Licença de software	5.869	1.166	7.035
Projetos de T.I.	14.636	6.665	21.301
Pontos comerciais	1.130	17.038	18.168
Acordo de não competição	124	0	124
Outros intangíveis	120	14	134
Total do custo	<u>21.879</u>	<u>24.883</u>	<u>46.762</u>
Amortização:			
Licença de software	(2.769)	(634)	(3.403)
Projetos de T.I.	(3.396)	(1.516)	(4.912)
Pontos comerciais	-	(574)	(574)
Acordo de não competição	(62)	(6)	(68)
Total da amortização	<u>(6.227)</u>	<u>(2.730)</u>	<u>(8.957)</u>
Total do intangível	<u>15.652</u>	<u>22.153</u>	<u>37.805</u>

Para maiores detalhes das transações do intangível que não envolveram caixa, vide nota explicativa nº 9 do imobilizado.

11. FORNECEDORES

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Revenda	120.558	96.855
Imobilizado e intangível	5.684	13.967
Outras	25.328	19.990
Total	<u>151.570</u>	<u>130.812</u>

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão de férias	13.695	13.745
Provisão de 13 Salário	6.181	-
Provisão de participação nos lucros e resultados	5.346	9.956
Salários a pagar	5.013	4.861
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	3.376	1.385
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	3.828	3.776
Outras	3.435	2.397
Total	<u>40.874</u>	<u>36.120</u>

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ e CSLL	2.335	8.672
PIS e COFINS	12.855	8.047
ICMS	7.910	5.629
Imposto Sobre Serviços - ISS	197	361
Impostos retidos	1.018	458
Outros	4.045	2.218
Total	<u>28.360</u>	<u>25.385</u>

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantias</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Banco Safra	3,30% a.a. + Selic Anual	Maio de 2020	Cessão fiduciária	-	1.674
Banco ABC	3,40% a.a. + Selic Anual	Novembro de 2020	Cessão fiduciária	10.861	16.630
Banco do Brasil	2,50% a.a. + Selic Anual	Dezembro de 2020	Cessão fiduciária	4.167	9.170
Banco Santander	3,49% a.a. + Selic Anual	Março de 2022	Cessão fiduciária	148.209	-
Banco Itaú	2,90% a.a. + Selic Anual	Outubro de 2021	Cessão fiduciária	60.111	-
Debênture:					
1ª Emissão de debêntures	1,40% a.a. + Selic Anual	Julho de 2023	Cessão fiduciária	149.357	173.796
2ª Emissão de debêntures	1,30% a.a. + Selic Anual	Junho de 2024	Cessão fiduciária	185.741	197.215
Total				<u>558.446</u>	<u>398.485</u>
Circulante				192.357	111.102
Não circulante				366.089	287.383

Características da 1ª Emissão de Debêntures

Em 10 de julho de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures da Companhia no montante de R\$200.000, que possuem prazo de vencimento de 60 meses (julho de 2023) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas na escritura de emissão, conforme segue:

- A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x.
- Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente com as referidas cláusulas.

De acordo com a escritura não haverá repactuação programada das debêntures, e determinadas condições e restrições em relação à solvência, reestruturação societária (em caso de alteração integral dos acionistas atuais), legislação socioambiental, trabalhista e anticorrupção, além do fornecimento de informações acessórias solicitadas conforme os prazos estipulados na escritura de emissão das debêntures, devem ser atendidas.

Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.177 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 30 de junho de 2020, o valor a ser apropriado era de R\$1.959 (R\$2.277 em 31 de dezembro de 2019), sendo apresentado líquido no saldo das debêntures.

A amortização do principal das debêntures ocorre em 49 parcelas consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorrerá mensalmente, sendo o primeiro pagamento devido pago em 10 de agosto de 2018.

Características da 2ª Emissão de Debêntures

Em 28 de Junho de 2019, foi realizada a 2ª emissão de debêntures da Companhia no montante de R\$200.000, que possuem prazo de vencimento de 60 meses (junho de 2024) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas na escritura de emissão, conforme segue:

- A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x.
- Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente com as referidas cláusulas.

De acordo com a escritura não haverá repactuação programada das debêntures, e determinadas condições e restrições em relação à solvência, reestruturação societária (em caso de alteração integral dos acionistas atuais), legislação socioambiental, trabalhista e anticorrupção, além do fornecimento de informações acessórias solicitadas conforme os prazos estipulados na escritura de emissão das debêntures, devem ser atendidas.

Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.087 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 30 de junho de 2020, o valor a ser apropriado era de R\$2.521 (R\$2.830 em 31 de dezembro de 2019), sendo apresentado líquido no saldo das debêntures.

A amortização do principal das debêntures ocorre em 17 parcelas consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorrerá trimestralmente, sendo o primeiro pagamento efetuado em 28 de setembro de 2019.

Características da Captação com o Banco Santander

Em 27 de Março de 2020, a Companhia contratou uma Cédula de Crédito Bancário 4131, junto ao Banco Santander, no montante de R\$150.000, e sem contrato derivativo com prazo de vencimento de 24 meses (março de 2022) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, conforme segue:

- A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x.
- Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária.

Os custos incorridos com a captação Crédito Bancário 4131 da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$2.308 estão classificados na própria rubrica do empréstimo e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 30 de junho de 2020, o valor a ser apropriado era de R\$1.923, sendo apresentado líquido no saldo do empréstimo.

Características da 1ª Emissão de Notas Promissórias

Em 08 de Abril de 2020, foi realizada a 1ª emissão de Notas Promissórias da Companhia no montante total de R\$60.000, em 6 séries, sendo 1 (uma) Nota Promissória para a 1ª série, 1 (uma) Nota Promissória para a 2ª série, 1 (uma) Nota Promissória para a 3ª série, 20 (vinte) Notas Promissórias para a 4ª série, 19 (dezenove) Notas Promissórias para a 5ª série e 18 (dezoito) Notas Promissórias para a 6ª série. Cada uma das séries possui vencimento em 6 períodos consecutivos de 3 meses, com início a partir do 3º mês após a data de emissão. Cada Nota Promissória possui valor unitário de R\$1.000.

A emissão possui vencimento final em 18 meses (outubro de 2021), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas presentes nas Cártulas, conforme segue:

- A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x.
- Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária.

Os custos incorridos com a 1ª emissão das Notas Promissórias, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$792 e estão classificados na própria rubrica do empréstimo e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 30 de junho de 2020, o valor a ser apropriado era de R\$660, sendo apresentado líquido no saldo do empréstimo.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período foi como segue:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/06/2019</u>
Saldo no início do período	398.485	257.293
Novas captações	210.000	-
Amortizações de principal	(48.671)	(16.597)
Pagamento de encargos financeiros	(14.072)	(9.554)
Encargos financeiros incorridos	12.704	9.848
Saldo no final do período	<u>558.446</u>	<u>240.898</u>

Em 30 de junho de 2020, os montantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2020	59.209
2021	274.038
2022	126.038
2023	75.630
2024	23.531
Total	<u>558.446</u>

A Companhia possui outros contratos de empréstimo com cláusulas restritivas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, que devem ser cumpridas anualmente, conforme segue:

- A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior ou igual a 2,5x ou 3,0x, medidos anualmente.
- Todos os empréstimos da Companhia, inclusive as duas emissões de debêntures, possuem cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração de controle. A Companhia está em processo de negociação e assinatura dos referidos aditamentos junto às instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente com as referidas cláusulas.

Garantias - Cessão fiduciária

Em 30 de junho de 2020, os Empréstimos e Financiamentos da Companhia exigem garantias, no formato de Recebíveis de Cartões de Crédito ou Aplicações Financeiras, com valor mínimo de 20% do saldo devedor, controlados e checados diariamente pelo Agente Fiduciário (no caso das Debêntures) ou pelos bancos emissores das Cédulas de Crédito Bancário.

15. PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização "Vale a Pena Ser Fiel" promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas, que são transformadas em crédito para compras futuras.

De acordo com o regulamento do programa, é concedido um bônus de até 10% do valor pago, para ser utilizado única e exclusivamente no mês subsequente ao da compra, em qualquer loja.

O valor justo é calculado com base nos valores obtidos pelos clientes, no ato da compra, ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de utilização.

A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e reconhecida ao resultado, conforme descrito nas notas explicativas nº 3.a).

Em 30 de junho de 2020, a receita diferida do programa de fidelização é de R\$2.257 (R\$2.252 em 31 de dezembro de 2019), e o efeito negativo no resultado do período foi R\$5 (R\$187 positivo no resultado em 30 de junho de 2019).

16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía riscos de natureza cível e trabalhista, cuja possibilidade de desfecho foi considerada desfavorável pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos externos e pela controladoria interna, sendo:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhistas (a)	2.185	1.715
Cíveis (b)	503	497
Total	<u>2.688</u>	<u>2.212</u>

- (a) A Companhia é parte passiva de reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos, em sua maioria, se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária. A provisão também envolve valores relacionados ao recolhimento previdenciário de INSS e IRRF.
- (b) A provisão de risco cível está relacionada a pedido de indenizações por supostos incidentes ocorridos nas lojas.

A movimentação das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, bem como dos depósitos judiciais no período foi como segue:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
<u>Provisão</u>		
Saldo no início do período	2.212	2.042
Adições	5.761	8.206
Pagamentos	(54)	(100)
Reversões	<u>(5.231)</u>	<u>(7.516)</u>
Saldo no final do período	<u><u>2.688</u></u>	<u><u>2.632</u></u>
<u>Depósitos judiciais (*)</u>		
Saldo no início do período	719	341
Adições	1.202	249
Resgates	<u>(104)</u>	<u>(21)</u>
Saldo no final do período	<u><u>1.817</u></u>	<u><u>569</u></u>

(*) Registrados na rubrica "outros créditos" no ativo não circulante.

Processos com risco de perda possível

A Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhistas	3.944	2.343
Cíveis	276	593
Tributários	<u>1.077</u>	<u>1.077</u>
Total	<u><u>5.297</u></u>	<u><u>4.013</u></u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social de R\$50.515 é representado por 174.183.000 ações, sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>Ações</u>		<u>Valor expresso em reais (R\$)</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>	
WP XI A Fundo de Investimentos em Participações	95.954.000	95.954.000	50.257.679
Sergio Zimerman	22.000.000	22.000.000	185.213
Sergio Zimerman Participações	<u>56.229.000</u>	<u>56.229.000</u>	<u>72.466</u>
Total	<u><u>174.183.000</u></u>	<u><u>174.183.000</u></u>	<u><u>50.515.358</u></u>

Em 19 de novembro de 2019 a FHZ Participações vendeu suas ações para o atual CEO da Companhia, Sergio Zimmerman.

Em 18 de fevereiro de 2020 na Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberada e aprovada:

- A aprovação do desdobramento das 174.183 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia à razão de 1 ação ordinária existente para 1.000 ações ordinárias, resultando em um total de 174.183.000 ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o desdobramento não resulta na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares. O desdobramento será operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.
- A submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- A submissão à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Em 26 de março de 2020 a CVM concedeu ao pedido de interrupção das análises do pedido de registro.

Em 3 de março de 2020, o acionista Sergio Zimmerman aportou 56.229.000 ações ordinárias, sem valor nominal, da Companhia na Sergio Zimmerman Participações Eireli ("Sergio Zimmerman Participações"), passando essa nova entidade a possuir 32,28% das ações da Companhia.

b) Reserva de capital

Em 6 de dezembro de 2013, o Warburg Pincus XI adquiriu da FHZ 78.230 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e subscreveu novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. Dessa forma, o Warburg Pincus XI passou a deter ações representativas de 50% mais uma ação do capital social total e votante da Companhia.

O preço de emissão total pela subscrição foi de R\$80.004, totalmente integralizado em moeda corrente nacional ao patrimônio da Companhia, sendo R\$186 como aumento do capital social da Companhia e R\$79.818 destinados à rubrica "Reserva de capital". Na mesma data, foi emitido um bônus de subscrição a favor do Warburg Pincus XI, conferindo-lhe o direito de subscrever o número de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia conforme fórmulas predefinidas no mencionado bônus de subscrição, bem como foi pago o preço de subscrição definido no Contrato de Compra e Venda firmado pelas partes em 16 de agosto de 2013.

c) Reserva legal

Do lucro líquido apurado no período, deverá ser deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da reserva legal era de R\$2.851.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações.

Em 22 de abril e 18 de maio de 2020, ocorreu o pagamento aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório destinado no ano de 2019, no montante de R\$5.599. Em 7 de maio de 2020 foi destinado a título de dividendos o saldo remanescente da reserva de lucros, sem data definida de pagamento.

e) Reserva para plano de opção de compra de ações

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de dezembro de 2013, determinados membros da Administração e os executivos da Companhia ("Participantes") são elegíveis a participar do plano de opção de compra de ações preferenciais de emissão da Companhia ("Opção"), concedendo a eles a possibilidade de investirem e se tornarem sócios da Companhia.

O Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos: (i) os termos e as condições de cada outorga de Opções; (ii) as pessoas às quais as Opções serão concedidas (Participantes); (iii) o número, o percentual e a espécie de ações da Companhia que os Participantes terão o direito de subscrever com o exercício da Opção; (iv) os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da Opção; (v) o eventual escalonamento das Opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos; e (vi) quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício de Opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano.

O preço de exercício fixado está sujeito à variação do CDI, desde 6 de dezembro de 2013 até a data do efetivo pagamento, com carência para livre negociação após cinco anos da data de outorga das Opções. O exercício das Opções poderá ser antecipado integralmente em caso de ocorrência de um "Evento de Liquidez".

As Opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Companhia, conforme Opção a ser tomada pelo Conselho de Administração quando do exercício.

Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as Opções não farão jus a dividendos ou juros sobre o capital próprio, nem outro direito patrimonial ou político na Companhia.

O valor justo para os Planos de Opção de Compra de Ações foi calculado na data de outorga de cada plano com base no método "Black and Scholes". Os efeitos foram refletidos nas despesas operacionais, no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

Data da outorga e programa	No período findo em 30/06/2020	Valores a registrar em períodos futuros
25 de fevereiro de 2016 - Terceiro Programa	6	8
2 de janeiro de 2017 - Quarto Programa	6	10
2 de janeiro de 2018 - Quinto Programa	48	127
2 de janeiro de 2019 - Sexto Programa	4	15
2 de janeiro de 2019 - Sétimo Programa	18	47
1º de março de 2019 - Oitavo Programa	2	5
30 de junho de 2019 – Nono Programa	4	15
31 de dezembro de 2019 – Décimo Programa	8	27
31 de dezembro de 2019 – Décimo Primeiro Programa	4	8
Total	100	262

A movimentação das opções de compra de ações para o período findo em 30 de junho de 2020 está apresentada a seguir (por mil ações):

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa	Quarto Programa	Quinto Programa	Sexto Programa	Sétimo Programa	Oitavo Programa	Nono Programa	Décimo Programa	Décimo Primeiro Programa	Total
Total de opção de compra de ações	3.914	1.188	400	70	2.913	603	2.885	74	186	1.079	466	13.878
Outorga de opções adicionais	-	554	470	568	-	-	-	-	-	-	-	1.592
Opções canceladas	(2.471)	(80)	(160)	-	(559)	-	-	-	-	-	-	(3.270)
Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de março de 2020	<u>1.443</u>	<u>1.662</u>	<u>710</u>	<u>638</u>	<u>2.354</u>	<u>603</u>	<u>2.885</u>	<u>74</u>	<u>186</u>	<u>1.079</u>	<u>466</u>	<u>12.100</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa	Quarto Programa	Quinto Programa	Sexto Programa	Sétimo Programa	Oitavo Programa	Nono Programa	Décimo Programa	Décimo Primeiro Programa	
Data da outorga	31/01/14	31/01/15	25/02/16	02/01/17	02/01/18	02/01/19	02/01/19	01/03/19	30/06/19	31/12/19	31/12/19	
Início do prazo de exercício das opções	31/01/15	31/01/16	25/02/17	02/01/18	02/01/19	02/01/20	02/01/20	01/03/20	31/12/19	31/12/20	31/12/20	
Período de "vesting"	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	4,5 anos	5 anos	4 anos	
Término do prazo de exercício das opções	31/01/24	31/01/25	25/02/26	02/01/27	02/01/28	02/01/29	02/01/29	01/03/29	31/12/28	31/12/29	31/12/28	
Taxa de juros livre de risco	12,84%	16,19%	10,92%	7,18%	6,78%	6,41%	6,41%	6,41%	6,41%	6,41%	6,41%	
Número de administradores e executivos elegíveis		8	8	7	5	2	16	16	2	1	4	1
Indexador		CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI
Número de opções em aberto		1.443	1.662	710	638	2.354	603	2.885	74	186	1.079	466

18. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo		
Passivo circulante:		
Arrendamento mercantil (ii)	30.384	30.268

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
<u>Transações</u>		
Receita de venda de mercadorias (i)	-	1.128
Receita de "royalties" (i)	-	49
Despesa com aluguel e juros (ii)	2.428	2.301
Conselheiros (iii)	144	124

- (i) Em 1º de setembro de 2013, a Companhia firmou contrato de franquia com a Pet Center Marginal S.A. ("PCM") e a Pet Center Eldorado S.A. ("PCE"), suas antigas acionistas. O contrato prevê o fornecimento de produtos de revenda pela franqueadora e a utilização da marca "Petz" pelas franqueadas. As vendas são realizadas em condições definidas entre as partes. Em 1º de junho de 2017 ocorreu o distrato do contrato de franquia com a PCE, sem aquisição do ponto comercial. Em 15 de abril de 2019 ocorreu o distrato do contrato de franquia com a PCM com aquisição do ponto comercial no montante de R\$17.037.
- (ii) A Companhia possui contratos de locação firmados com a Zimerman Participações Ltda., correspondentes à locação do escritório e depósito da loja Marginal Tietê. O saldo indicado está considerando os efeitos do CPC06(R2)/IFRS 16.
- (iii) Em 29 de agosto de 2019 foi nomeada Tania Zimerman como membro do Conselho de Administração, após a renúncia Haenni Zimerman.

b) Remuneração dos administradores

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da Alta Administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), registradas na demonstração do resultado dos períodos, foram as seguintes:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Conselho de Administração	552	348
Diretores estatutários	3.494	2.754
Total	<u>4.046</u>	<u>3.102</u>
Proventos e encargos sociais	3.421	2.605
Benefícios indiretos	73	149
Total	<u>3.494</u>	<u>2.754</u>

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Venda de mercadorias	704.946	501.283
Venda de serviços e demais receitas	36.740	40.623
Cancelamento de venda - Mercadorias	(10.037)	(6.222)
Cancelamento de venda - demais receitas	(37)	(101)
Programa de fidelização - "Vale a Pena Ser Fiel"	(5)	187
Receita bruta de vendas	<u>731.607</u>	<u>535.770</u>
Tributos federais, estaduais e municipais	<u>(114.337)</u>	<u>(81.932)</u>
Total	<u>617.270</u>	<u>453.838</u>

20. DESPESA POR NATUREZA

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(303.651)	(222.549)
Despesa com pessoal	(113.013)	(95.163)
Custo de ocupação e consumo	(30.495)	(25.597)
Depreciação e amortização	(25.873)	(18.778)
Depreciação - Direito de uso locação de imóveis	(35.424)	(28.395)
Logística	(12.856)	(4.984)
Créditos fiscais de PIS e COFINS - (nota explicativa nº 20.1)	12.521	-
Plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 17.e)	(100)	(176)
Perda trabalhista	(530)	(690)
Doação COVID-19	(1.000)	-
Outras	(50.367)	(30.961)
Total	<u>(559.788)</u>	<u>(427.293)</u>
Classificadas como:		
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(322.729)	(244.003)
Despesas com vendas	(184.405)	(132.616)
Despesas gerais e administrativas	(57.751)	(43.549)
Outras despesas operacionais, líquidas	5.097	(7.125)
Total	<u>(559.788)</u>	<u>(427.293)</u>

20.1. Outras despesas operacionais, líquida

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Gastos com abertura de loja	(3.851)	(3.904)
Depreciação - Direito de uso locação de imóveis	(1.943)	(2.355)
Perdas Ação Trabalhista	(530)	(690)
Plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 17.e)	(100)	(176)
Créditos fiscais de PIS e COFINS (nota explicativa nº 7)	12.521	-
Doação - COVID-19	(1.000)	-
Total	<u>5.097</u>	<u>(7.125)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.515	3.279
Descontos obtidos de fornecedores por antecipação	129	1.058
Atualização monetária sobre Exclusão ICMS da base de PIS/COFINS (nota explicativa nº 7)	6.220	-
Outras	7	123
Total	<u>9.871</u>	<u>4.460</u>
Despesas financeiras:		
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(12.387)	(9.838)
Juros sobre arrendamento - IFRS16	(18.865)	(15.857)
Despesas bancárias	(146)	(90)
Despesas com obtenção de empréstimos e financiamentos	(1.342)	(373)
Outras	(596)	(125)
Total	<u>(33.336)</u>	<u>(26.283)</u>

22. ARRENDAMENTOS DE DIREITO DE USO

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía 182 contratos de locação de lojas e centros administrativo e de distribuição com terceiros (167 em 31 de dezembro de 2019). Deste total, 147 contratos foram classificados como direito de uso de locação e possuem prazos de vencimentos entre 2 e 16 anos e a taxa média ponderada de desconto no período está demonstrada na tabela abaixo. Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do período estão registrados na rubrica "Custo com ocupação e consumo" demonstrada na nota explicativa nº 20, totalizam R\$930.

A taxa de desconto foi construída pela taxa real de desconto correspondente as cotações de mercado (referência em % do Certificado de Depósito Interbancário - CDI), adicionando o spread e reduzindo as garantias conforme taxas de mercado dos principais bancos com os quais a Companhia opera. Foi considerada curva de taxa do CDI futura em função dos diferentes prazos de amortização dos contratos de arrendamento firmado, uma vez que a taxa do CDI futura apresentou redução ao longo do ano de 2019 e no período findo em 30 de junho de 2020.

A tabela abaixo evidencia as taxas nominais praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

<u>Prazo dos contratos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
Até 5 anos	De 3,08% a 9,17%
De 6 a 10 anos	De 6,38% a 10,85%
De 11 a 16 anos	De 8,73% a 12,25%

Os saldos e a movimentação dos ativos de direito de uso no período são:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Saldo no início do período	434.049	-
Adoção inicial	-	387.225
Adição de novos contratos	64.994	46.667
	<u>499.043</u>	<u>433.892</u>
Depreciação	(38.059)	(30.567)
Saldo no final do período	<u>460.984</u>	<u>403.325</u>

Os saldos e a movimentação dos passivos de direito de uso no período são:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Saldo no início do período	455.010	-
Adoção inicial	-	387.225
Adição de novos contratos	64.993	46.667
	<u>520.003</u>	<u>433.892</u>
Pagamentos de arrendamentos	(46.767)	(38.271)
Encargos financeiros	20.269	17.070
Saldo no final do período	<u>493.505</u>	<u>412.691</u>
Passivo circulante	64.858	50.489
Passivo não circulante	428.647	362.202
Total	<u>493.505</u>	<u>412.691</u>

O cronograma de pagamentos dos saldos de arrendamentos está demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2020</u>
Menos de 1 ano	64.858
De 2 a 3 anos	138.828
De 4 a 5 anos	113.258
De 6 a 8 anos	124.048
De 9 a 10 anos	37.648
Acima de 10 anos	<u>14.865</u>
Total	<u><u>493.505</u></u>

A movimentação das contas de resultado do período para os arrendamentos de direito de uso é:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesas com depreciação	38.059	30.567
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação - Direito de uso	(2.635)	(2.172)
Encargos financeiros apropriados	20.269	17.069
Créditos de PIS e COFINS sobre despesa de juros – Direito de uso	<u>(1.404)</u>	<u>(1.213)</u>
	<u><u>54.289</u></u>	<u><u>44.251</u></u>

Em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados (fluxo real e taxa de desconto nominal).

Informações adicionais

Embora a metodologia contábil utilizada pela Companhia esteja em linha com a regra disposta no IFRS 16/CPC06(R2), ela gera distorções na informação a ser prestada devido ao descasamento entre fluxo de caixa e valor presente, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Deste modo, a Companhia recalculou os valores de depreciação e encargos financeiros do período total de vigência dos contratos ativos em 30 de junho de 2020, com base em um fluxo de caixa futuro que incorpora a expectativa inflacionária (fluxo nominal). A tabela abaixo apresenta as diferenças entre a política contábil adotada pela Administração da Companhia ("Balanco Patrimonial") e os valores considerando os fluxos de caixa com a projeção da inflação ("Nota Explicativa"), conforme sugerido pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, em 30 de junho de 2020.

	<u>Balanco patrimonial</u>	<u>Nota explicativa</u>
Balanco:		
Direito de uso	460.984	483.690
Arrendamento - direito de uso (passivo)	493.505	517.875
Resultado:		
Depreciação	38.058	40.549
Juros	20.269	20.753
Créditos de PIS e COFINS s/ aluguel	(4.038)	(4.038)

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros, ano a ano, entre a metodologia sugerida no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 e a adoção escolhida pela Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16/CPC06 (R2). A tabela evidencia que ao final dos contratos de arrendamento ambas as formas de adoção apresentam efeito nulo no Patrimônio Líquido da Companhia.

	Adoção inicial	Dez./20	Dez./21	Dez./22	Dez./23	Dez./24	Dez./25	Dez./26	Dez./27	Dez./28	Dez./29	Dez./30
Ativo de arrendamento												
Balanco patrimonial	387.225	426.396	340.152	284.115	224.316	170.619	123.205	81.352	48.610	25.510	12.401	742
Nota explicativa	441.948	440.472	351.453	294.178	232.343	176.591	127.798	84.511	50.401	26.238	12.393	951
Passivo de arrendamento												
Balanco patrimonial		462.306	383.423	332.943	273.376	216.294	162.404	111.337	68.840	37.182	18.791	1.115
Nota explicativa		482.286	401.476	350.839	289.425	229.929	173.184	118.533	72.497	38.306	19.107	1.942
Despesas financeiras												
Balanco patrimonial		39.437	34.023	28.887	23.895	18.995	14.357	9.887	6.167	3.356	1.770	93
Nota explicativa		38.827	33.550	28.521	23.601	18.733	14.099	9.584	5.828	3.081	1.702	161
Despesa de depreciação												
Balanco patrimonial		78.438	72.970	60.792	58.532	48.821	45.715	36.754	28.954	16.447	9.825	207
Nota explicativa		80.436	74.984	62.843	60.570	50.801	47.119	38.235	30.138	17.389	10.227	265

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	281.813	169.277
Contas a receber	122.183	96.076
Total ativos financeiros	<u>403.996</u>	<u>265.353</u>
Passivos financeiros		
Custo amortizado:		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	558.446	398.485
Fornecedores	151.570	130.812
Arrendamentos direito de uso a pagar	493.505	455.010
Total	<u>1.203.521</u>	<u>984.307</u>

c) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (risco de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

c.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta principalmente à possibilidade de flutuações na taxa de juros.

O risco de taxa de juros da Companhia em 30 de junho de 2020 decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, líquidos das aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

c.2) Risco de crédito

A Administração classifica como baixo o risco de crédito em virtude de as vendas serem realizadas para um grande número de clientes e grande parte da carteira de clientes ser predominantemente oriunda de vendas por meio de operadoras de cartões de crédito e débito.

c.3) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e de investimentos. O monitoramento engloba, ainda, o ciclo de caixa com dias de estoque, dias de fornecedor e dias de contas a receber.

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de caixa e relacionamento próximo com bancos para captação de recursos por meio de linhas de crédito.

A seguir, detalhes do vencimento dos passivos financeiros contratados:

<u>Operação</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>Até 3 anos</u>	<u>Até 4 anos</u>	<u>Até 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	151.570	-	-	-	-	-	151.570
Empréstimos, financiamentos e debêntures	213.490	236.842	101.596	52.950	-	-	604.878
Arrendamento a pagar	52.874	103.034	92.033	84.995	77.501	259.497	669.935

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total de caixa e equivalentes de caixa, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	281.813	169.277
Empréstimos e financiamentos e debêntures	<u>(558.446)</u>	<u>(398.485)</u>
Dívida líquida	<u>(276.633)</u>	<u>(229.208)</u>

e) Gestão de risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos, com juros prefixados e pós-fixados, diminuindo o risco de mercado.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

A Administração da Companhia considera um baixo risco de grandes variações no CDI em 2020 que impactem significativamente suas operações, entretanto na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as despesas financeiras da Companhia, foram considerados os cenários projetados, conforme segue:

- Cenário I: apreciação 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação.
- Cenário II: apreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação.

<u>30 de junho de 2020</u>	<u>Taxa utilizada CDI Cetip</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Alta 50%)</u>	<u>Cenário II (Alta 25%)</u>
Empréstimos para capital de giro sujeitos à variação do CDI	3,69%	Alta do CDI	(807)	(405)
Debêntures	3,69%	Alta do CDI	(2.083)	(1.046)

De forma a reduzir os possíveis efeitos do aumento do CDI a Companhia mantém aplicações financeiras remuneradas também pelo CDI, conforme nota explicativa nº 4, que reduzia os impactos do risco de alta do CDI mencionada acima, conforme segue:

<u>30 de junho de 2020</u>	<u>Taxa utilizada CDI Cetip</u>	<u>Efeito</u>	<u>Cenário I (Alta 50%)</u>	<u>Cenário II (Alta 25%)</u>
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	3,69%	Alta do CDI	1.371	688

24. RESULTADO POR AÇÃO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17.a), o capital social da Companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, na tabela a seguir está reconciliado o lucro dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Considerando que as opções de compra de ações não apresentaram efeito dilutivo e desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído foram os mesmos em cada um dos períodos apresentados, conforme segue:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
	Básico e diluído	Básico e diluído
Numerador básico e diluído:		
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível aos acionistas da Companhia utilizado na apuração do lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação	22.092	3.070
Ações disponíveis:		
Média ponderada de ações em circulação utilizadas na apuração do lucro líquido (prejuízo) básico por ação	174.183.000	174.183.000
Média ponderada dos direitos de ações concedidos utilizadas na apuração do lucro líquido diluído (prejuízo) por ação	-	-
Média ponderada das ações disponíveis	<u>174.183.000</u>	<u>174.183.000</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação - básico e diluído - R\$	0,12683	0,01763

(*) Considerando os efeitos do desdobramento de ações mencionadas nota explicativa nº17.a), para o período findo em 30 de junho de 2019.

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como varejo e está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta por categoria, conforme demonstrado a seguir:

<u>Receita bruta, líquida de cancelamentos</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Venda de mercadorias	694.909	495.061
Venda de serviços e demais receitas	36.703	40.522
Programa de fidelização - "Vale a Pena Ser Fiel"	(5)	187
Total	<u>731.607</u>	<u>535.770</u>

Adicionalmente, a Companhia também acompanha suas receitas brutas com base nos seguintes canais de venda:

<u>Canais de venda</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Digital	144.300	33.185
Físico	<u>587.307</u>	<u>502.585</u>
Total	<u>731.607</u>	<u>535.770</u>

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, é demonstrada, por limite contratado, conforme segue:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores	15.000	15.000
Seguro patrimonial - limite máximo de indenização (lojas e centro de distribuição)	70.567	72.167
Responsabilidade civil	5.000	5.000
Veículos - importância máxima por veículo	FIPE	FIPE
Veículos - danos materiais a terceiros	500	500
Seguro Fiança	12.136	11.071
Seguro transporte nacional	500	500
